

PREFEITURA DE ITUIUTABA

000052

LEI N. 3.543 - DE 9 DE MAIO DE 2002

Autoriza a remissão parcial de débitos de Contribuição de Melhoria, nas condições que menciona e dá outras providências

A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder remissão parcial de débitos de Contribuição de Melhoria decorrente da realização de obras de pavimentação asfáltica e de construção de meios-fios e sarjetas em vias e logradouros públicos, lançados até 31 de dezembro de 1996, na forma estabelecida nesta lei.

Art. 2º Poderá ser remitida a parcela de cada lançamento que resultar da aplicação das seguintes fórmulas:

a) para débitos de pavimentação asfáltica:

$$VDA - (AA \times Vm^2) = VDR$$

onde:

VDA = valor do débito atualizado

AA = quantidade em m² da faixa de área asfaltada de cada imóvel

Vm² = valor do m² de asfalto que é R\$9,68 (nove reais e sessenta e oito centavos)

VDR = valor da parcela do débito a ser remitida.

b) para débitos de meios-fios e sarjetas:

$$VDA - (Nm \times Vmm) = VDR$$

onde:

VDA = valor do débito atualizado

Nm = quantidade de metros lineares de meios-fios e sarjetas da testada do imóvel

Vmm = valor do metro linear de meio-fio e sarjeta que é R\$9,30 (nove reais e trinta centavos)

VDR = valor da parcela de débito a ser remitida.

Parágrafo único. Em caso de ocorrência de pagamento parcial será estabelecida a proporcionalidade.

Art. 3º Para obtenção do benefício concedido o contribuinte devedor deverá promover o acerto de seu débito até 31 de dezembro de 2002, a contar da data de publicação desta lei, nas seguintes condições:

I - pagamento total à vista, com desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do débito não remitada;

II - parcelamento, dividindo-se a parte não remitada do débito em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, reajustáveis na forma estabelecida na Lei Complementar nº42, de 25 de abril de 2001.

Art. 4º Efetuado o recolhimento ou homologado o parcelamento, a autoridade fazendária determinará a anulação da parcela referente ao débito remitado, inclusive se estiver inscrito em Dívida Ativa.

Art. 5º A inadimplência do devedor nas obrigações de parcelamento importará no cancelamento do benefício e na restauração do débito remitado.


Parágrafo único. Ocorrendo esta hipótese serão deduzidas do valor total do débito as parcelas pagas.

Art. 6º Os benefícios desta lei alcançam débitos em Dívida Ativa em processo de execução judicial, correndo as custas pelo executado.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrários.

Prefeitura de Ituiutaba, 9 de maio de 2002.


Públio Chaves
- Prefeito de Ituiutaba -